

MOÇÃO

A Caixa Geral de Depósitos, por ter estatuto de banco público e atuar em mercado concorrencial, não pode ignorar a sua missão e a necessidade de convergência com as políticas públicas nacionais nem esquecer a sustentabilidade e competitividade do seu negócio fazendo uso das melhores práticas e princípios de gestão.

Prosseguindo esses objetivos, o banco público deve fundar as suas tomadas de decisão em critérios objetivos, universais e transparentes, sobretudo quando se trate de questões que interfiram diretamente com o cidadão-cliente ou com o equilíbrio dos territórios.

No processo de encerramento de agências em curso, entende a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que nenhuma destas premissas essenciais se verificou:

- A CGD não atendeu às especificidades dos territórios de baixa densidade nem acautelou o princípio da equidade, ignorando questões como a inexistência de alternativas, o perfil demográfico dos territórios afetados ou o contexto socioeconómico, o que revela total divergência face à estratégia nacional de coesão territorial e às políticas públicas de valorização do Interior;
- A CGD anunciou o encerramento de agências que apresentam resultados positivos e elevados índices de sustentabilidade do negócio, o que é totalmente incompreensível;
- A CGD não assegurou a devida e atempada articulação com os representantes eleitos dos territórios afetados, em prejuízo dos relacionamentos institucionais;
- A CGD anunciou a intenção de encerrar 180 agências nos próximos 3 anos mas não divulgou os critérios para definição da lista e dos *timings* aplicáveis, o que coloca em causa a transparência do processo.

Por esta ordem de razões, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela não aceita o encerramento de nenhuma das agências da CGD localizadas no seu território, agora ou no futuro, nem aceita, como alternativa, que as suas populações sejam utilizadas como cobaias para serviços alternativos desajustados da realidade.

Porque não foram as populações afetadas por esta decisão as responsáveis pelos graves problemas de que a CGD padece e para cuja solução muito poderiam contribuir as agências sustentáveis que agora querem encerrar a pretexto de algo ainda por explicar.

Caso a CGD persista na continuidade deste processo enfermo pela falta de equidade, transparência, racionalidade e respeito institucional, ponderam os Municípios da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, sem prejuízo de outras ações, suscitar a revisão dos respetivos relacionamentos comerciais com o banco público.

Texto aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal de 18 de abril de 2017